DOMINGO DE MANHÃ

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA/RS
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2023

PROCURADOR DA FAZENDA

INSTRUÇÕES

Leia atentamente e cumpra rigorosamente as instruções que seguem, pois elas são parte integrante das provas e das normas que regem esse certame.

1. Atente-se aos avisos contidos no quadro da sala.
2. Seus pertences deverão estar armazenados dentro de embalagem específica fornecida pelo fiscal, permanecendo em sua posse somente caneta esferográfica de ponta grossa, de material transparente, com tinta azul ou preta, lanche e água, se houver. A utilização de qualquer material não permitido em edital é expressamente proibida, acarretando a sua imediata eliminação do certame.
3. Certifique-se de que este caderno:
   - contém 40 (quarenta) questões;
   - refere-se ao cargo para o qual realizou a inscrição.
4. Cada questão oferece 5 (cinco) alternativas de respostas, representadas pelas letras A, B, C, D e E, sendo apenas 1 (uma) a resposta correta.
5. Será respeitado o tempo para realização da prova conforme previsto em edital, incluindo o preenchimento da grade de respostas.
6. Os três últimos candidatos deverão retirar-se da sala de prova ao mesmo tempo, devendo assinar a Ata de Prova.
7. A responsabilidade referente à interpretação dos conteúdos das questões é exclusiva do candidato.
8. No caderno de prova, você poderá rabiscar, riscar e calcular.
9. Os gabaritos preliminares da prova objetiva serão divulgados na data descrita no Cronograma de Execução desse certame.

LÍNGUA PORTUGUESA

Instrução: As questões de números 01 a 10 referem-se ao texto abaixo. Os destaques ao longo do texto estão citados nas questões.

Práticas em prol de uma educação antirracista

Por Movimento Criança Livre de Trabalho Infantil

Muitos jovens abandonam a escola por não se sentirem parte do espaço escolar e não se verem representados nos conteúdos abordados em sala de aula. Ao pensar a educação pela perspectiva do enfrentamento do racismo estrutural, a escola ajuda na valorização da identidade e das trajetórias das pessoas negras que pisam em seu chão. "Uma educação antirracista compreende que vivemos em uma sociedade na qual desde muito cedo todas as crianças, negras e brancas, fazem um curso de racismo. Desde muito pequenininhas, as crianças negras aprendem que têm uma cor. As crianças brancas, por outro lado, crescem num ambiente em que percebem que a cor não é tratada, mas acreditam numa suposta superioridade. Isso precisa ser enfrentado", diz Waldete Tristão, doutora em educação pela Universidade de São Paulo.

A Lei nº 10.639, de 2003, alterou dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), documento que organiza toda a educação básica brasileira. Fruto da articulação de movimentos sociais, principalmente do Movimento Negro, o texto da lei aponta que os conteúdos trabalhados na escola devem incluir "a luta dos negros no Brasil, a cultura negra e formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil". Questões importantes sobre como tratar do período de escravidão, a contribuição da população negra, o mito da democracia racial, os estereótipos e as afirmações equivocadas sobre os negros no país são reforçadas pelo documento.

Promover esses conteúdos, apresentando a produção artística, intelectual e social negra, é importante para que esses jovens criem novas referências. Isso tudo ajuda na autoidentificação como potências e como indivíduos capazes. "Falar sobre a contribuição do povo negro é falar de uma existência. É importante lembrar que há genocídio de jovens e adolescentes negros no Brasil. Por tudo isso, afirmar a existência de crianças e jovens negros é urgente, e uma educação antirracista faz muita diferença nisso", afirma Mighian Danae, professora da Universidade Internacional da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira. A partir das diretrizes da lei, escolas e professores devem construir juntos um projeto político-pedagógico que promova uma verdadeira ampliação dos currículos, considerando a diversidade cultural, racial, social e econômica presente na sociedade brasileira.

O envolvimento das famílias com as rotinas da escola é muito importante para o fortalecimento de um ensino antirracista. Quando se fala de educação, os ambientes escolar e doméstico se complementam e, por isso, quanto mais envolvidos com o dia a dia dos jovens, mais benefícios todos colhem. No Colégio Equipe, da rede privada de São Paulo, um grupo de pais e alunos formou uma comissão antirracista para discutir a temática racial na escola. Em 2020, o grupo se mobilizou e articulou uma carta, enviada à direção, que pedia a ampliação da representatividade negra em toda a estrutura organizacional e docente do colégio, bem como a revisão do currículo escolar, apontando a importância da cultura africana e afro-brasileira, além de pedir a estruturação de uma agenda antirracista, que discuta o racismo estrutural e outras formas de preconceitos. "A comissão nos ajudou e tem ajudado a ter uma dimensão maior sobre o racismo. Para nós, essa iniciativa só teria um impacto maior com o envolvimento das famílias. O diálogo com o colégio tem sido promissor, aberto e propositivo", diz Claudia Rodrigues, presidente da União Brasileira de Mulheres da cidade de São Paulo, mãe de aluno e integrante da comissão antirracista do Colégio Equipe, de São Paulo. A gestão do colégio convidou a comissão para participar das reuniões pedagógicas, junto com a equipe docente. "Nosso objetivo é atuar no enfrentamento do racismo estrutural de forma coletiva, e esse é o único caminho. O envolvimento da comunidade escolar é benéfico para todos, e os aprendizados dessas ações saem dos muros da instituição", destaca Cláudia.

(Disponível em: https://livredetrabalhoinfantil.org.br/o-que-e-educacao-antirracista/– texto adaptado especialmente para esta prova).

QUESTÃO 01 – Com base estritamente no que é abordado pelo texto, é correto afirmar que:

A) Por não se reconhecerem como parte do espaço escolar e não se verem nos conteúdos trabalhados em sala de aula, até jovens estudiosos abandonam a escola.
B) Segundo Waldete Tristão, "crianças negras e brancas crescem num ambiente em que percebem que a cor não é tratada".
C) Os dispositivos da Lei nº 10.639 organizam toda a educação básica brasileira.
D) Mesmo que nenhuma legislação disponha sobre a construção de um projeto político-pedagógico que amplie os conteúdos, considerando a diversidade cultural, racial, social e econômica presente na sociedade brasileira, professores devem fazê-lo.
E) O ensino antirracista, para que se fortaleça, é dependente do envolvimento das famílias com as rotinas da escola.

QUESTÃO 02 – A expressão "racismo estrutural" (l. 03) permite depreender que, para que ele ocorra:

I. Existe uma base, seja ela conceitual e/ou situacional, acerca dessa temática.
II. Há um conjunto organizado, uma espécie de sistema que respalda tal estrutura.
III. Está relacionado, devido à sua importância, a aspectos secundários ou circunstanciais.

Quais estão corretas?

A) Apenas I.
B) Apenas I e II.
C) Apenas I e III.
D) Apenas II e III.
E) I, II e III.

QUESTÃO 03 – A palavra "racismo" é decorrente do processo de formação de palavras denominado:

A) Derivação.
B) Composição.
C) Redução.
D) Hibridismo.
E) Onomatopeia.

QUESTÃO 04 – No excerto "a escola ajuda na valorização da identidade e das trajetórias das pessoas negras <u>que</u> pisam em seu chão", o termo sublinhado corresponde a um(a):

A) Pronome relativo.
B) Pronome interrogativo.
C) Conjunção integrante.
D) Conjunção explicativa.
E) Conjunção consecutiva.

QUESTÃO 05 – Na frase "Isso tudo ajuda na autoidentificação como potências e como indivíduos capazes", o verbo, quanto a sua predicação, é classificado como:

A) Intransitivo.
B) Transitivo direto.
C) Transitivo indireto.
D) Bitransitivo.
E) De ligação.

QUESTÃO 06 – A palavra "antirracista" está escrita corretamente. O mesmo pode ser afirmado em relação à grafia de:

A) Multi-secular.
B) Gastro-enterologia.
C) Radio-atividade.
D) Super-homem.
E) Vai-vém.

QUESTÃO 07 – No trecho "O diálogo com o colégio tem sido promissor, aberto e propositivo", trocando-se "diálogo" por "contatos", quantas outras palavras precisariam ter a grafia modificada para garantir a correta concordância verbo-nominal?

A) Dois.
B) Três.
C) Quatro.
D) Cinco.
E) Seis.

QUESTÃO 08 – Analise as seguintes palavras extraídas do texto, verificando se apresentam notação léxica:

I. Crianças.
II. Conteúdos.
III. Comissão.

Quais estão corretas?

A) Apenas II.
B) Apenas I e II.
C) Apenas I e III.
D) Apenas II e III.
E) I, II e III.

QUESTÃO 09 – Quantas preposições são identificáveis no fragmento textual "Ao pensar a educação pela perspectiva do enfrentamento do racismo estrutural"?

A) Duas.
B) Três.
C) Quatro.
D) Cinco.
E) Seis.

QUESTÃO 10 – As vírgulas em destaque nas linhas 05 e 06 foram utilizadas para separar:

A) Um vocativo empregado por quem escreveu o texto para se dirigir ao público.
B) Uma oração intercalada que presta esclarecimento aos leitores.
C) Uma oração adjetiva explicativa.
D) Um adjunto adverbial que expressa circunstância de modo.
E) Termos realçados intencionalmente por quem escreveu o texto.

LEGISLAÇÃO

QUESTÃO 11 – De acordo com a Lei Orgânica de Uruguaiana, em defesa do cidadão, concorrente com a União e Estado, ou supletivamente a eles, é da competência administrativa do Município:

I. Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantias das pessoas portadoras de deficiência.
II. Decretar leis e expedir atos relativos aos assuntos de peculiar interesse do Município.
III. Zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público.

Quais estão corretas?

A) Apenas II.
B) Apenas I e II.
C) Apenas I e III.
D) Apenas II e III.
E) I, II e III.

QUESTÃO 12 – Com base no Regime Jurídico dos Servidores Públicos de Uruguaiana, analise as assertivas abaixo, assinalando V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

( ) A readaptação interrompe o exercício.
( ) Durante todo o processo de avaliação, o servidor deverá ter vista de cada boletim de estágio probatório, podendo se manifestar sobre os itens avaliados.
( ) Os critérios de avaliação das promoções deverão ser analisados por comissão especial instituída pelo chefe de cada Poder, da qual somente poderão fazer parte servidores estáveis.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

A) V – F – F.
B) V – V – V.
C) V – F – V.
D) F – V – V.
E) F – F – F.

QUESTÃO 13 – Segundo os termos do Regime Jurídico dos Servidores Públicos de Uruguaiana, é correto afirmar que o deslocamento do servidor de uma unidade administrativa para outra será feito por:

A) Posse.
B) Provimento.
C) Reintegração.
D) Relotação.
E) Reclassificação.

QUESTÃO 14 – De acordo com o Código de Posturas de Uruguaiana, entende-se por normas de polícia administrativa as que têm em vista o comportamento individual face à coletividade, tudo o que envolve o interesse da população relativamente à:

I. Higiene municipal.
II. Tranquilidade.
III. Segurança pública.

Quais estão corretas?

A) Apenas II.
B) Apenas I e II.
C) Apenas I e III.
D) Apenas II e III.
E) I, II e III.

QUESTÃO 15 – Com referência na Lei Orgânica de Uruguaiana, analise as assertivas abaixo, assinalando V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

( ) Constituem o patrimônio municipal os bens imóveis, móveis e semoventes, os direitos e ações que, a qualquer título, pertençam ao Município.
( ) Todos os bens municipais devem ser cadastrados, com identificação respectiva, numerando-se os móveis, segundo o que for estabelecido em regulamento e mantendo-se um livro de tombo com a relação descritiva dos bens imóveis.
( ) É assegurado o acesso aos dados contidos no livro de tombo a qualquer cidadão que os solicite.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

A) V – F – F.
B) V – V – V.
C) V – F – V.
D) F – V – V.
E) F – F – F.

QUESTÃO 16 – De acordo com o Estatuto da Igualdade Racial do Estado do Rio Grande do Sul, é INCORRETO afirmar que:

A) O Estado deve apoiar a iniciativa de entidades que mantenham espaço para promoção social desta parcela da população.
B) A promoção de campanhas que divulguem a literatura que reproduza a história, as tradições e a cultura do povo negro é vedada ao Poder Público.
C) O Estado deve promover o acesso dos negros ao ensino gratuito.
D) Nas datas comemorativas de caráter cívico, as instituições de ensino públicas deverão inserir, nos trabalhos, dados históricos sobre a participação dos negros nos fatos comemorados.
E) O Estado deve promover o acesso dos negros às atividades esportivas.

QUESTÃO 17 – Segundo os termos da Constituição do Rio Grande do Sul, são autoridades policiais os _____ de carreira, cargos privativos de bacharéis em Direito.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do trecho acima.

A) Guardas Municipais
B) Agentes penitenciários
C) Delegados de Polícia
D) Policiais Penais
E) Policiais Militares

QUESTÃO 18 – De acordo com o Estatuto Nacional da Igualdade Racial, é INCORRETO afirmar que:

A) A produção veiculada pelos órgãos de comunicação valorizará a herança cultural da população negra na história do País.
B) O poder público promoverá ações com o objetivo de elevar a qualificação profissional nos setores da economia que contem com alto índice de ocupação por trabalhadores negros de baixa escolarização.
C) Os agentes financeiros promoverão ações para viabilizar o acesso da população negra aos financiamentos habitacionais.
D) O poder público federal incentivará a sociedade e a iniciativa privada a abster-se do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial.
E) A participação da população negra na história do País será valorizada pela produção veiculada nos órgãos de comunicação.

QUESTÃO 19 – Com referência na Constituição Federal, analise as assertivas abaixo:

I. Não haverá juízo de exceção.
II. A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão a direito.
III. Não haverá tribunal de exceção.

Quais estão corretas?

A) Apenas I.
B) Apenas I e II.
C) Apenas I e III.
D) Apenas II e III.
E) I, II e III.

QUESTÃO 20 – Com base Lei Maria da Penha, analise as assertivas abaixo, assinalando V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

( ) A violência doméstica e familiar contra a mulher, segundo a lei, não pode ser vista como forma de violação dos direitos humanos.
( ) A lei prevê a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação.
( ) A autoridade policial poderá requisitar os serviços públicos necessários à defesa da mulher em situação de violência doméstica e familiar e de seus dependentes.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

A) F – V – V.
B) F – F – F.
C) V – V – F.
D) V – V – V.
E) V – F – V.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21 – Analise as seguintes assertivas sobre a imunidade tributária:

I. Pode ser estabelecida por Lei Complementar.
II. Implica em modalidade de exclusão do crédito tributário na qual o ente responsável pela instituição do tributo resolve, por liberalidade, não realizar sua cobrança e edita lei concessiva deste benefício.
III. Atua no campo de delimitação da competência tributária, vez que obsta, desde o início, a existência de determinada tributação, e o ente político, ainda que queira, não poderá instituir e cobrar.

Quais estão corretas?

A) Apenas I.
B) Apenas II.
C) Apenas III.
D) Apenas I e II.
E) Apenas I e III.

QUESTÃO 22 – O Município de Uruguaiana (RS) pretende reduzir o Imposto Predial e Territorial Urbano sobre imóvel ocupado por residência do proprietário que não possua outro imóvel. É correto afirmar que tal prática:

A) Não ofende as regras e princípios constitucionais tributários.
B) Ofende o princípio da isonomia tributária.
C) Ofende o princípio da capacidade contributiva.
D) Exige autorização prévia da União.
E) Exige autorização prévia do estado.

QUESTÃO 23 – Na hipótese de sucessão empresarial, a responsabilidade da sucessora:

A) Abrange os tributos devidos pela sucedida e as multas moratórias referentes a fatos geradores ocorridos até a data da sucessão, mas não envolve as multas punitivas.
B) Abrange os tributos devidos pela sucedida e as multas moratórias ou punitivas referentes a fatos geradores ocorridos até a data da sucessão.
C) Abrange os tributos devidos pela sucedida, mas não envolve as multas moratórias ou punitivas referentes a fatos geradores ocorridos até a data da sucessão.
D) Abrange os tributos devidos pela sucedida e as multas moratórias ou punitivas referentes a fatos geradores ocorridos até seis meses antes da data da sucessão.
E) Não abrange os tributos devidos pela sucedida e as multas moratórias ou punitivas referentes a fatos geradores ocorridos até a data da sucessão.

QUESTÃO 24 – O Município ajuizou execução fiscal em relação a determinado contribuinte, entretanto a petição inicial não foi instruída com o demonstrativo de cálculo do débito. Na hipótese, é correto afirmar que:

A) O juiz deverá indeferir a petição inicial, extinguindo o processo, considerando que o demonstrativo de cálculo do débito é requisito essencial para a execução fiscal.
B) O juiz somente poderá indeferir a petição inicial pela falta de demonstrativo de cálculo do débito se forem opostos embargos pelo executado.
C) Converter a execução fiscal em ação monitória.
D) Converter a execução fiscal em ação de cobrança.
E) Receber a petição inicial, pois é desnecessária a instrução da petição inicial com o demonstrativo de cálculo do débito.

QUESTÃO 25 – O Município de Uruguaiana ajuizou execução fiscal e, após a oferta de embargos pelo executado, constatou a presença de um erro formal na certidão de dívida ativa. Nessa hipótese:

A) Após a oferta de embargos, não pode haver a substituição da certidão de dívida ativa para a correção do erro formal.
B) A Fazenda Pública pode substituir a certidão de dívida ativa até a citação nos embargos, sendo vedada a modificação do sujeito passivo da execução.
C) A Fazenda Pública pode substituir a certidão de dívida ativa até a prolação de sentença nos embargos, sendo vedada a modificação do sujeito passivo da execução.
D) A execução fiscal será arquivada de ofício pelo juiz, sendo facultado à Fazenda Pública ajuizar novamente a demanda, com a correção do erro formal.
E) A execução fiscal é nula, com procedência liminar dos embargos.

QUESTÃO 26 – A regra geral para a instituição de espécie tributária é a edição de lei ordinária. Entretanto, é exigível a instituição por Lei Complementar em relação à seguinte espécie:

A) Impostos federais.
B) Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural.
C) Imposto Predial e Territorial Urbano.
D) Empréstimos compulsórios.
E) Contribuições de melhoria.

QUESTÃO 27 – Impetrado mandado de segurança em relação a ato do Prefeito Municipal de Uruguaiana perante o Tribunal de Justiça do Estado, o Desembargador Relator deverá:

A) Notificar a autoridade impetrada para que apresente informações no prazo de 15 dias.
B) Intimar o Procurador-Geral do Município para que apresente informações no prazo de 10 dias.
C) Antes de analisar o pedido de concessão de liminar, oportunizar a manifestação da Procuradoria do Município.
D) Indeferir a petição inicial.
E) Declinar a competência para o 1º grau de jurisdição.

QUESTÃO 28 – Proposta ação popular em relação ao Município de Uruguaiana, o magistrado atribuiu ao representante do Ministério Público a condição de *amicus curiae*. A decisão em questão está:

A) Correta, pois o magistrado possui a prerrogativa de nomeação do *amicus curiae*.
B) Incorreta, pois a atuação do Ministério Público em ação popular é na condição de fiscal da ordem jurídica, não podendo assumir a condição de *amicus curiae*.
C) Incorreta, pois a atuação de *amicus curiae* somente é admitida em demandas coletivas.
D) Incorreta, pois o *amicus curiae* somente é autorizado a atuar na fase recursal.
E) Incorreta, pois o magistrado somente pode nomear *amicus curiae* se houver pedido de alguma das partes do processo.

QUESTÃO 29 – A cobrança de pedágio tem a natureza de:

A) Preço público.
B) Taxa pela prestação de serviço público.
C) Imposto.
D) Contribuição de melhoria.
E) Preço público quando cobrado pelo ente público e taxa quando cobrado por concessionária de serviço público.

QUESTÃO 30 – O serviço de iluminação pública:

A) Não pode ser remunerado mediante taxa.
B) Deve ser necessariamente gratuito, pois é considerado serviço essencial.
C) Será cobrado apenas nos casos em que for prestado a pedido do cidadão.
D) Pode ser cobrado mediante taxa ou tarifa pública, a critério do município.
E) Somente pode ser cobrado na forma de contribuição de melhoria.

QUESTÃO 31 – O dano moral *in re ipsa*:

A) Somente ocorre nas hipóteses de responsabilidade objetiva.
B) Dispensa a prova da culpa, mas exige a comprovação do dano.
C) Dispensa a prova do dano.
D) É aquele que proporciona indenização em valor fixado pelo legislador.
E) É incompatível com indenizações imputáveis a entes públicos.

QUESTÃO 32 – A desconsideração da personalidade jurídica, prevista no Código Civil:

A) Pode ser aplicada de ofício pelo magistrado.
B) Decorre da existência de grupo de empresas, independentemente de verificação de abuso da personalidade jurídica.
C) Tem como requisitos o desvio de finalidade ou a confusão patrimonial.
D) Implica na responsabilidade solidária de todos os sócios.
E) Pode decorrer da mera expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.

QUESTÃO 33 – Em um contrato de locação de imóvel para fins empresariais, consta que o inquilino, além do aluguel, deverá pagar ao locador o valor do Imposto Predial e Territorial Urbano que incide sobre o imóvel. O inquilino resolve ajuizar demanda judicial para discutir a relação jurídico-tributária do referido imposto com o município. Na hipótese:

A) Será caso de litisconsórcio ativo necessário do locador e locatário.
B) O inquilino não possui legitimidade ativa processual.
C) O inquilino necessita, previamente, esgotar a via administrativa para poder demandar judicialmente o município.
D) O inquilino necessita de autorização do locador para propor a demanda judicial em questão.
E) O inquilino somente possui legitimidade ativa para impetrar Mandado de Segurança discutindo a relação jurídico-tributária em questão.

QUESTÃO 34 – Determinado contribuinte ajuizou ação de repetição de indébito em relação ao Município de Uruguaiana, postulando a restituição de pagamento de duas parcelas do Imposto Predial e Territorial Urbano. Na decisão de saneamento, o julgador, de ofício, reconheceu a prescrição de uma das parcelas e designou realização de provas em relação à outra. A decisão:

A) É irrecorrível.
B) Pode ser recorrida apenas na oportunidade da apelação.
C) Pode ser atacada por agravo de instrumento.
D) Pode ser atacada de imediato por apelação.
E) Pode ser atacada por recurso inominado.

QUESTÃO 35 – A decisão do Tribunal Regional do Trabalho que julga improcedente ação rescisória está sujeita a recurso:

A) Ordinário.
B) Especial.
C) Extraordinário.
D) De revista.
E) Apelação.

QUESTÃO 36 – Proposta ação declaratória de inexistência de dívida tributária sob o procedimento comum em relação ao Município de Uruguaiana, o julgador, ao despachar a petição, deferiu o pedido de gratuidade judiciária. Posteriormente, a sentença deixou de acolher o pedido de declaração de inexistência de dívida tributária, sem fazer referência a honorários sucumbenciais. A decisão sentencial está:

A) Correta, pois quando a parte usufruiu de gratuidade judiciária não há condenação em honorários sucumbenciais.
B) Incorreta, pois a sentença de improcedência implica no afastamento da gratuidade judiciária anteriormente deferida.
C) Correta, pois os honorários sucumbenciais somente serão fixados se houver recurso da parte vencida.
D) Correta, pois não há honorários sucumbenciais em favor da Fazenda Pública.
E) Incorreta, e o procurador do município poderá interpor recurso de embargos de declaração no prazo de 10 dias.

QUESTÃO 37 – O incidente de desconsideração da personalidade jurídica no processo civil:

A) Pode ser instaurado em qualquer fase do procedimento, desde que antes da sentença.
B) Não pode ser instaurado em execução fundada em título executivo extrajudicial.
C) Somente pode ser instaurado a pedido de alguma das partes do processo, sendo vedada a sua postulação por terceiro interessado ou pelo Ministério Público.
D) Pode ser instaurado perante o relator do recurso no Tribunal de Justiça.
E) Não pode ser instaurado em procedimento do juizado especial cível.

QUESTÃO 38 – O Município de Uruguaiana interpôs recurso de apelação em relação à sentença que lhe foi desfavorável, a qual restou improvida. Foi, então, interposto o recurso de embargos de declaração com o objetivo de prequestionamento de legislação federal, que não foi acolhido. Na sequência, o Município interpôs Recurso Especial, o qual não foi admitido por decisão fundada na ausência de prequestionamento. Em relação a essa decisão, o Município poderá interpor:

A) Agravo interno.
B) Agravo regimental.
C) Agravo de instrumento.
D) Agravo em recurso especial.
E) Recurso extraordinário.

QUESTÃO 39 – De acordo com a Resolução nº 237/1997 do CONAMA, a Licença _____ autoriza a localização e concepção do empreendimento, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do trecho acima.

A) Ambiental Genérica
B) Prévia
C) de Instalação
D) de Operação
E) Final

QUESTÃO 40 – No curso da fase de execução trabalhista, foi instaurado incidente de desconsideração da personalidade jurídica, o qual restou rejeitado. A decisão em questão:

A) Não está sujeita a recurso, pois somente é recorrível aquela que acolhe o pedido de aplicação da teoria da desconsideração e não a que o rejeita.
B) Pode ser atacada por agravo de instrumento.
C) Pode ser atacada por recurso ordinário.
D) Pode ser atacada por agravo de petição, desde que prestada garantia do juízo.
E) Pode ser atacada por agravo de petição, independentemente de garantia de juízo.